

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS PACTOS: REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E AS PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

Vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil a ampliação de políticas públicas sociais pautadas na diversidade. Assim, os planos nacionais, leis e pactos, dentre outros, têm contribuído para a discussão mais abrangente acerca das políticas públicas e sua relação com o Estado, governo, movimentos sociais e educação. Duas dessas políticas colocadas em prática em abrangência nacional são o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, ambos com o eixo principal voltado para a formação continuada de professores. Sendo assim, na realização de uma atividade de pesquisa no Seminário Interdisciplinar de Pesquisa (SIP), a presença dos referidos Pactos teve grande relevância na investigação. Partindo daí, situamos como objetivo principal para este trabalho, analisar os limites e as perspectivas dos Pactos para a formação dos professores na escola pesquisada. Fundamentamos as discussões nos estudos de Oliveira (2001), Flores (2014), ARAUJO & PAULO (2016), para compreender o que é uma política pública educacional, as principais características dos Pactos e sua relação com a formação de professores, e, por conseguinte, a qualidade do ensino. De acordo com a pesquisa realizada os resultados apontam que os pactos buscam melhorar a prática pedagógica, entretanto, existem alguns limites que impedem o seu desenvolvimento. Alguns professores contestaram os Pactos e nos mostraram que ainda falta alguns ajustes para que esse possa funcionar de acordo com seu real objetivo, fica claro que os mesmos não estão funcionando do jeito que deveriam nas escolas pesquisadas, alguns professores realmente sentiram o melhoramento, mas outros não veem nos pactos a saída e solução para os problemas encontrados, é perceptível que precisa de algumas mudanças para que eles de fato beneficiem tanto os docentes como os discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Políticas públicas educacionais. Pactos.

INTRODUÇÃO

A Educação é direito de todos garantido pela Constituição Federal (CF) de 1988 e reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e para que essa educação se consolide existem as políticas públicas, que é o Estado em ação e o Estado implantando projetos de governo através de programas de ações para setores específicos da sociedade. Dentro dessas políticas públicas, têm as políticas públicas educacionais que se dirigem a resolver questões educacionais, ideias e ações no âmbito do poder público. Segundo Oliveira (2010, p. 4):

Políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das

políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Temos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que é uma ação inédita do Ministério da Educação (MEC) que conta com a participação articulada do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizar todos os seus esforços e recursos, na valorização dos professores e escolas, no apoio pedagógico com materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e na implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento. Estamos no terceiro ano de implantação do PNAIC e temos claro o compromisso com a meta de alfabetizar todas as crianças brasileiras até 8 anos de idade. E o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que é um programa do Governo Federal instituído por meio da Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, pela qual o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso com a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. Tal política encontra-se em consonância com a Lei nº 9.394, de 1996, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituídas na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), de 30 de janeiro de 2012.

Como futuras pedagogas, o que nos motivou a fazer a pesquisa foi nossa luta por uma educação melhor e de qualidade, e compreender como as políticas públicas educacionais são executadas na prática. Temos como principal objetivo compreender as políticas públicas educacionais e entender como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio influenciam na formação continuada dos professores.

METODOLOGIA

Utilizamos o método de pesquisa qualitativo, que se caracteriza como “[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano [...]” (CRESWELL, 2010 p. 26). Tivemos a entrevista “que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.34) com professores e coordenação e aplicamos questionários para os alunos, que é “[...] a técnica de

investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativa, situações vivenciadas etc.” (GIL, 2006, p.129).

Foi utilizada a análise documental que é “uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.38), onde analisamos o Projeto Político Pedagógico de duas escolas, sendo uma da rede municipal e outra da rede estadual. Tivemos como instrumentos a observação de todo o espaço físico onde “o pesquisador, antes da coleta de dados, elabora um plano específico para a organização e o registro das informações.” (GIL, 2006, p.114) e a relação interpessoal entre os professores, alunos, coordenação e técnicos. Nossas principais dificuldades foram quanto ao tempo dos professores, pois os mesmos estavam em pleno desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, dificultando uma maior interação e diálogo. Todos os envolvidos no espaço escolar nos receberam de forma educada e colaboraram na medida do possível na coleta dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos cursos oferecidos pelos Pactos, como a formação continuada de professores, consiste a eles uma formação mais aperfeiçoada em conhecimentos mais amplos e pertinentes a sua formação, visto que a todo momento surgem novas informações e o professor deve estar preparado para lidar com essa realidade, ou seja, é preciso estar sempre em processo de aprendizado buscando novos conhecimentos.

Tal formação, porém não pode ser vista como algo apenas complementar ou que não dialogue com a realidade do aluno em sua prática, é preciso mais que uma adição de saber isto sim, que esses saberes adquiridos pelos professores sejam pertinentes ao contexto e incorporados as atividades de ensino mesmo que estes não alcancem o esperado com 100 dos alunos (FLORES, 2014, p.4).

Um dos professores pesquisados foi questionado como era a sua prática pedagógica antes do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC): “O professor planejava em casa em altas horas da noite as ações pedagógicas, tendo como base os livros didáticos, plano de curso entre outros suportes para aprimorar os seus conhecimentos para enriquecer as suas aulas em seu dia a dia”(PROFESSORA D), ou seja, segundo a sua fala, percebe-se que o

professor excedia o seu horário normal de trabalho para planejar suas aulas, tendo como base somente o plano de curso e os livros didáticos, mas que eram os recursos encontrados por ele.

Após o questionamento de como era a prática antes dos Pactos, surgiu a indagação para saber o que mudou na prática do professor após a formação do Pacto, “Pouco se mudou, uma vez que as abordagens sugeridas pelo Pacto já era uma realidade da nossa escola” (PROFESSOR A), “Sinceramente, Nada.” (PROFESSORA B), “Percebi com maior clareza os motivos que levam ao resultado negativo indicados pelas provas do governo”. (PROFESSORA C), “Com certeza a nossa formação dentro da proposta pedagógica do pacto nos acrescentou os nossos conhecimentos e compreensão como mediador de alfabetizar letrando com qualidade as crianças do 1 ano”. (PROFESSORA D). Conforme a resposta dos quatro entrevistados, pode-se perceber que o resultado alcançado por cada um foi diferente, já que enquanto um afirma não ter mudado nada na sua prática, outros tiveram realmente uma nova visão acerca da sua prática e novas metodologias.

A concepção de formação continuada da proposta do curso compreende o professor como sendo um sujeito ativo no processo de capacitação, que busca atualização e aprofundamento do conhecimento, que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da realidade e nas possibilidades de transformação da sociedade. A formação continuada é uma oportunidade para avanços renováveis e inovações na área da educação, visto que o docente utiliza da metodologia da ação-reflexão para (re) pensar os problemas enfrentados no dia a dia escolar. (ARAUJO & PAULO, 2016, p. 2)

Os Pactos veem então como “agentes” que buscam o aprimoramento dos professores e uma nova forma de pensar a sua prática, posto que a formação continuada oferece subsídios para que o professor renove e avance no campo educacional, por meio da ação e da reflexão de sua prática. Cabe salientar que cada Pacto tem sua especificidade, enquanto o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, como o próprio nome já diz é pelo fortalecimento com a valorização da formação continuada, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem como objetivo alfabetizar as crianças até oito anos de idade (final do 3º ano), mas ambos buscam proporcionar aos professores formação continuada para aprimorar suas práticas e refletir sobre elas.

Quando questionados os professores sobre os limites dos Pactos “O Pacto deixou de ser interessante com o corte do incentivo financeiro quando ficou à disposição do governo estadual.” (PROFESSOR A), “Poucos recursos. Carga horária limitada e fracionada e poucos profissionais orientadores. Cooptação das bolsas pelo governo do estado.” (PROFESSORA B), “Os limites financeiros para a aplicação das inovações.” (PROFESSORA C), “são as

normas com desafios sequências dos planos elaborados, quando a professora precisa fazer intervenção individual do aluno: o escrevendo do seu jeito” (PROFESSORA D).

A maioria deixou claro que os limites financeiros dificultam bastante a efetivação do Pacto e que é o maior desafio encontrado, mas que não é só ele, visto que a carga horária é limitada e fracionada, o que dificulta o aprimoramento dos docentes, a falta de orientadores qualificados também é um entrave encontrado no decorrer da formação, já que dependendo de determinada temática não se tem um profissional qualificado para atender as demandas e por fim algumas normas que é difícil de ser seguidas e concluídas.

De acordo com a entrevista feita com os professores, o que mudou bastante na efetivação dos Pactos foi a troca de “responsabilidades”, o que era de responsabilidade do Governo Federal, passou a ser do Estadual e cada estado aplica o Pacto da forma que julga melhor e uma das medidas do Estado foi cortar o auxílio que vinha para os professores no valor de duzentos reais, o que dificultou bastante, segundo os professores para a qualidade dos Pactos.

“A principal contribuição foi consolidar grupo de estudo nas escolas que não respeitava esse momento que já existia, além do certificado. ” (PROFESSOR A), “Foco no ensino médio; despertar do estado para o problema. Análise dos principais problemas. ” (PROFESSORA B), “Leituras e discussões do grupo, análise da prática educativa. ” (PROFESSORA C), “São várias na aprendizagem do educando no decorrer da aula. No caderno de atividades do aluno, estão as atividades de aquisição da escrita: escrever, ler e compreender. Todas as atividades estão organizadas em três ícones; lendo e compreendendo, aquisição da escrita e escrevendo do seu jeito.” (PROFESSORA D).

Segundo listam os professores, os Pactos contribuíram para a consolidação dos grupos de estudos nas instituições, no caso do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, ter o foco no ensino médio, que contribui para a melhoria de qualidade do ensino, analisando os principais problemas encontrados, o olhar do estado para o ensino, já que o mesmo deve assegurar uma educação de qualidade para os discentes, e a partir do Pacto ter o conhecimento dos problemas enfrentados pelos docentes, já o PNAIC vem contribuindo para que os alunos possam estar alfabetizados na idade certa, contribuindo assim para a aprendizagem.

“Os temas abordados deveriam ter um nível de profissão melhor e deveria haver o retorno das bolsas. ” (PROFESSOR A), “Gestão do Governo do Estado (BA) para o Governo Federal” (PROFESSORA B), “O retorno do incentivo \$ para o professor. Mudança da gestão de estadual para federal profundidade nos temas tratados” (PROFESSORA C), “A realidade de cada região, porque o pacto foi criado no Ceará. Os animais de estudo do livro; parece mais não é, os cartazes, o animal a maioria deles os alunos só passa a conhecer pela gravura ou vídeos”

(PROFESSORA D). Analisando a fala dos professores, percebe-se que os Pactos, deviam ter maior profundidade nos temas abordados, que as vezes deixam a desejar, a bolsa também é uma queixa dos professores, que deveriam haver o retorno, a gestão também é fator que influencia bastante, já que os professores acreditam que o Governo Federal tem uma maior preocupação com os pactos e dá maior atenção para eles e também as especificidades, já que o (PNAIC) não busca trabalhar a realidade do aluno, é um material homogêneo e que não trata de cada realidade de forma específica.

Os Pactos vêm então na tentativa de melhorar a qualidade de ensino, tanto na alfabetização das crianças, quanto no fortalecimento do ensino médio. A formação continuada é uma forma do professor buscar de alguma forma aprimorar seus conhecimentos e suas práticas, com a possibilidade de qualificar o fazer docente e conseqüentemente facilitar a aprendizagem do educando.

CONCLUSÕES

Percebe-se nitidamente ao analisar a pesquisa em torno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que o intuito dos mesmos é proporcionar aos professores a formação continuada para que eles possam aprimorar e renovar as suas práticas, o mesmo vem como mediador de uma educação específica e que se possa analisar e “remediar” os problemas e entraves encontrados na sala de aula, contribuindo para que o professor esteja sempre se atualizando acerca de diversas abordagens, valorizando a importância da formação continuada.

Embora o eixo principal dos Pactos, seja oferecer aos professores fontes de melhoramentos da sua prática pedagógica, os mesmos veio passando por transformações no decorrer de sua aplicação. Identifica-se então, alguns limites que “travam” o seu desenvolvimento. Conforme a pesquisa feita, tiveram muitas contestações por parte dos professores em relação aos pactos, o que nos mostra que ainda falta alguns ajustes para que esse possa funcionar de acordo seu real objetivo.

Sendo assim, fica notável que os mesmos não estão funcionando do jeito que deveriam nas escolas pesquisadas, alguns professores realmente sentiram o melhoramento, mas outros não vê nos Pactos a saída e solução para os problemas encontrados, é perceptível que muitas coisas têm que ser mudadas para que eles de fato, beneficiem tanto os docentes como os discentes, a escola no seu contexto geral.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados** Disponível em:
file:///C:/Users/Marliethy%20Cardoso/Desktop/SIP/ARROYO%20%20políticas%20educacionais%20e%20desigualdades%20(1).pdf acesso em: 01/11/2016
- BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização.** Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. p. 76.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** traduzido por Magda Lopes, 3.ed. Artmed: Porto Alegre, 2010. p.296.
- FLORES, Alexandre Oliveira, **O Pacto nacional pelo fortalecimento no ensino médio e a sua implementação na rede pública de ensino do município de São Borja nos anos de 2013 e 2014.** Disponível em:
file:///C:/Users/Marliethy%20Cardoso/Desktop/SIP/PACTO%20ENSINO%20MÉDIO.pdf acesso em: 01/11/2016
- GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.206.
- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. p.105.
- MAUÉS, OLGAÍSES CABRAL, **Reformas Internacionais da Educação e Formação de Professores.** Disponível em: file:///C:/Users/Marliethy%20Cardoso/Desktop/SIP/MAUÉS-%20reformas%20internacionais%20e%20formação%20de%20professores.pdf acesso em: 02/11/2016
- OLIVEIRA, Dalila Andrade, **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** Disponível em:
file:///C:/Users/Marliethy%20Cardoso/Desktop/SIP/DALILA%20-%20políticas%20governo%20Lula.pdf acesso em: 01/11/2016